

# Educação em Alerta



Jornal Sintep-MT - Edição - Abril de 2019



**RETRATO DAS ESCOLAS DE MT**  
Escolas Sucateadas refletem o verdadeiro estado de calamidade

PÁGINAS - 04 e 05



**REFORMA DA PREVIDÊNCIA**  
Mulheres são as maiores vítimas no Projeto de Bolsonaro

PÁGINA - 06

**REDES MUNICIPAIS**  
100% dos Municípios têm recursos para garantir o Piso Nacional

PÁGINA - 08



## EDITORIAL

*Saudações a cada trabalhador e trabalhadora*

**N**esses poucos meses de governo, tanto federal como estadual, é evidente que elegeram como inimigos do estado brasileiro os servidores e os serviços públicos.

Para atacar esse suposto problema, o governo federal, adotou duas medidas que mexe com direitos históricos. A primeira e a mais grave de todas é a reforma da Previdência que amplia o tempo de trabalho (contribuição) e reduz o valores dos benefícios. Outra medida e não menos importante se refere à tentativa de desmonte das organizações de trabalhadores e de trabalhadoras com alteração do mecanismo de recolhimento da contribuição sindical.

As medidas adotadas pelo governo do estado logo na primeira semana comprometem a Previdência, a revisão geral anual, reforma administrativa, lei de responsabilidade fiscal estadual e Fethab. Além, do decreto de calamidade financeira. Mato Grosso é apresentado como "estado de terra arrasada" e desequilibrado financeiramente.

Para as políticas educacionais as medidas são tímidas e quase imperceptíveis. Enquanto o ministro da educação manda cartinha para se cantar e filmar os estudantes cantando o hino nacional, o debate sobre o custo aluno-qualidade qualidade e um novo fundeb não acontecem.

A percepção é que o ano de 2019, em Mato Grosso e para educação, será "morto" devido à inexistência de uma política pública educacional. Não há perspectivas para melhoria das condições de trabalho e valorização profissional. A SEDUC é um "puxadinho" do governo que não tem autonomia administrativa, financeira pedagógica.

Para as redes municipais o quadro também está sendo de desmontes da carreira, da jornada e do percentual do piso garantido para todos os profissionais da Educação. Além dis-



so, a aquisição de apostilamento, uniformes e outras ações tiram o foco quanto ao cumprimento das metas e estratégias previstas nos planos municipais de educação.

São muitos os desafios aos trabalhadores e as trabalhadoras da Educação. Mas, a nossa predisposição e o desejo de lutar pela Educação pública e de qualidade com valorização profissional deverá ser ainda maior.

**Valdeir Pereira - Presidente do Sintep/MT**

**MP 837/2019****Atuação dos trabalhadores suspende ataque a direitos no governo Bolsonaro**

**O** governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) é decididamente contra os trabalhadores e a atuação sindical. Já desferiu ataques frontais ao Mundo do Trabalho e ao movimento sindical. O primeiro, com a MP 870/19, que extinguiu o Ministério do Trabalho. E recentemente, com a tentativa de MP 873 que determinava que qualquer contribuição estabelecida pelo sindicato não poderia mais ser realizada a partir de autorização prévia, expressa, por desconto em folha.

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de

Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico e outros, do Distrito Federal, levou à suspensão, no Supremo Tribunal Federal da Medida Provisória (MP 873/2019) e (ADI) do encaminhamento da medida para o votação no Congresso Nacional.

“É surpreendente os ataques do governo Bolsonaro contra a luta dos trabalhadores, pois se utilizar de uma medida provisória, cujo caráter remete a relevância e urgência de ato do presidente para interferir na forma de cobrança da contribuição sindical voluntária, é surpreende”, destaca o secretário de finanças do Sintep/MT, Orlando Francisco.



# Sintep/MT desmonta falso discurso de crise e exige Piso Salarial Integral

**D**esde de que a Lei da Dobra do Poder de Compra (510/2013) dos profissionais da educação começou a ser atacada pelo governo do estado, em 2015, a data base da categoria, no mês de Maio, tem sido foco de vários enfrentamentos ao longo dos últimos cinco anos. A princípio, foi o atraso da parcela da Revisão da Geral Anual (RGA) comprometendo a integralidade do direito. Em 2018 reincidiu no fatiamento do percentual da RGA e o calote na recomposição dos atrasos anteriores. Em 2019, o argumento do governo, para o descumprimento da integralidade da Lei, foi um decreto de calamidade financeira.

O Sintep/MT não aceitará desrespeito às conquistas e exigirá do governo compromisso e cumprimento integral da Lei 510/2013. Para 2019 são aguardados o pagamento do percentual de 7,69% da variável da Dobra do Poder de Compra, mais a inflação de 3,43%, do período, além dos restos a pagar da RGA, conforme assegurado em leis aprovadas na Assembleia Legislativa (2017). Como resultado o piso salarial da categoria em maio de 2019 será de R\$ 3.400,23.

“É inconcebível que um estado que possui o 4º maior PIB (Produto Interno Bruto) e cresce 10 vezes mais que a média nacional não tenha condições favoráveis para investimentos estratégicos para avançar na qualidade da educação, fundamental para o desenvolvimento da sociedade”, destaca o secretário de redes municipais, Henrique Lopes.

Levantamento feito pelo Sindicato, que integrará uma car-

**VALOR ESTIMADO DO PISO EM DEZEMBRO DE 2018, CASO O GOVERNO TIVESSE CUMPRIDO INTEGRALMENTE**

<b>Setembro</b>	<b>2,20</b>	<b>2.899,73</b>
<b>Outubro</b>	<b>2,00% + 1,00</b>	<b>2.987,30</b>
<b>Dezembro</b>	<b>2,19%</b>	<b>3.052,72</b>

**PISO SALARIAL  
DATA BASE EM MAIO DE 2019**

<b>RGA 2019</b>	<b>3,43%</b>
<b>Lei (510/2013)</b>	<b>7,69</b>
<b>Piso Salarial total de maio de 2019</b>	<b>R\$ 3.400,23</b>

**■ Percentuais ainda não cumpridos pelo Governo**

tilha destinada aos profissionais da educação, desconstrói o argumento oficial de que faltam recursos no estado. “A educação historicamente nunca esteve na prioridade do governo de Mato Grosso. A falta de recursos se deve porque cerca de 50% do valor arrecadado no estado (previsto em R\$ 19 bi/2019), não entrar nos cofres públicos, escoando com as isenções e renúncias fiscais que acontecem por inoperância do estado. O que é inadmissível”, denuncia o dirigente.

## SINTEP/MT denuncia o verdadeiro "projeto" da gestão Mauro Mendes

**A**pós três meses de governo Mauro Mendes fica evidente para o Sintep/MT, que a ausência da Política Pedagógica na rede estadual de Educação de Mato Grosso, é na verdade o projeto da atual gestão. As inúmeras portarias que impactaram no desmonte da Educação Indígena; da Educação de Jovens e Adultos; na terceirização indireta da Formação Continuada dos Profissionais da Educação, ou corte de profissionais nas unidades escolares, têm como objetivo o modelo de educação defendido pela gestão, e se sustenta em interesses economicistas e financeiros.

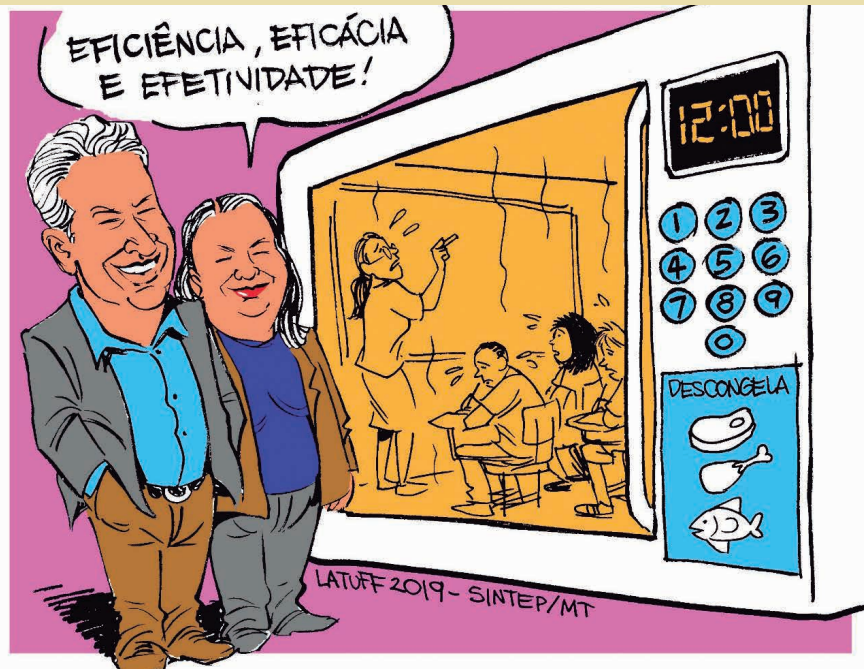
O discurso de calamidade financeira, propalado pelo governo e instituído, via decreto, é uma falácia, ou no mínimo

contraditório num estado com a 8ª maior renda do país, e o 4º maior arrecadador. Às vésperas da data base, a desvalorização profissional, somada ao fracionamento dos salários em parcelas, durante todo o mês trabalhado, em escolas em péssimas condições, atuando em “salas de lata”, exigirá respostas mais incisivas dos profissionais da educação.

Desde de fevereiro, o Sintep/MT cobra a secretária de estado de Educação, Marioneide Kliemaschewsk, resposta à pauta de reivindicação, que elenca as demandas da categoria. Todos nós, profissionais da educação, estamos com lâmpadas amarelas acessas, em alerta. O início do ano já deu provas do que temos pela frente no governo Mauro Mendes”, concluiu, Guelda Andrade.



# Escola estaduais registram o ve



**A**s condições de infraestruturas das escolas de Mato Grosso revelam ao país onde está o estado de calamidade, e, com certeza, não é na economia, que registra o 4º maior PIB nacional. Mais uma vez o Sintep/MT alerta à sociedade para as prioridades dos governos e volta a editar o dossiê das escolas públicas, cuja a última edição, em 2017, já tratava da calamidade da escola estadual da comunidade de Jatobá, distrito de Rosário Oeste, tema de reportagem em cadeia nacional no mês de março de 2019.

## Conheça o quadro de alguma



**Escola Estadual José Alves Bezerra, em Porto dos Gaúchos (650,6 km da Capital), denuncia o estado de calamidade do prédio da única escola estadual no município. Sem passar por uma reforma há mais 20 anos a referência para os estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, no município, está em completo abandono e sem condições estruturais para atender a demanda**

**Em Canarana, as péssimas condições do prédio da Escola Estadual 31 de Março** foram pauta de estudos universitários. Segundo o relatório dos pesquisadores, a unidade encontra-se com estrutura totalmente danificada, paredes caindo, com rachaduras, buracos e muitas infiltrações. O ambiente é insalubre com forte cheiro de mofo e presença de ácaros. Para além dessas observações, denunciaram graves problemas no telhado, que está com o madeiramento podre e com cupins, além de telhas quebradas. “Quando chove, a estrutura do forro, que está totalmente deteriorada, não suporta tanta água, surgindo vazamentos, verdadeira cachoeiras”, citaram..



# Verdadeiro estado de calamidade

A infraestrutura das escolas é tema recorrente na pauta do sindicato junto ao governo do estado, porém, é sempre socorrida com medidas paliativas. Diante de ausência de resolução, o Sintep/MT volta a denunciar, em dossiê, para os órgãos de fiscalização, defesa e monitoramento do estado, o tipo de serviço que o governo oferece aos estudantes e profissionais da educação.

Em pelo menos 20 unidades escolares da rede estadual catalogada, os problemas diagnosticados vão de ausência de cobertura, forros em péssimas

condições, até a parte do prédio destelhado, o que inviabiliza aulas no que resta das salas. Em outras situações, a parte elétrica e hidráulica não funcionam, e estão próximas a um curto circuitos. Há casos de unidade em que o mato toma conta das áreas, e por falta de recurso, para a poda, troca de vidros de janelas, o prédio deteriora. Existe ainda, os problemas com os banheiros. Existem escolas, em que o estudante tem que busca como alternativa no mato. E, é com esse cenário que o governo quer garantir índices de ensino elevados.

## As unidades de Mato Grosso

Em Juína, a EE da aldeia Halataikwa Enawenewawe necessita de uma sala e pela inoperância de governos, a comunidade ampliou espaço utilizando tapumes descartados. “Esse é o reflexo das condições oferecidas para os povos indígenas, que são oficialmente desconsiderados como membros da sociedade”,



A Escola Estadual Sebastião Patrício, em Primavera do Leste, já integrou denúncias feitas pelo Sintep/MT em 2018, pois as obras foram abandonadas e os estudantes estão em espaço locado, que também apresenta infraestrutura precária

Em outra unidade escolar denunciada, uma sala anexa da Escola Estadual Santa Claudina, do distrito de Mimoso, em Santos Antônio de Leverger, os estudantes estavam tendo aula em baias. O que remete ao tipo de consideração dada pelos governantes a população do campo.



# Proibição do gozo de licenças promove mais desmonte de direitos

**C**ontrário ao que é a defesa para a qualidade da educação e, mais uma vez, de forma caótica, o governo Mauro Mendes emite Portarias, via Secretaria de Estado de Educação, impedindo os afastamentos de toda a ordem, inclusive para qualificação, assim como aquelas sem ônus para o estado ou a licença especial garantida em lei.

Tem sido recorrente no Sintep/MT, neste início de ano letivo, as denúncias de proibição do direito feitas pelos profissionais que buscam afastamento para mestrado e doutorado. Só nos primeiros dois meses, somam-se queixas que apresentam a contradição entre o direito e as normativas do governo Mendes.

“Em nome do engodo estadual de calamidade financeira, o governo cancela o direito constitucional, assegurado também na Leis de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e até mesmo incluso nas metas do Plano Nacional de Educação. A qualificação profissional é fundamental para a qualidade da Educação, essa não deveria ser uma solicitação do profissional, mas uma exigência dos governos que primam pela Educação”, destaca a secretária de Políti-



cas Educacionais, Guellda Andrade.

Segundo os profissionais que recorreram ao direito de ter garantido o afastamento, as leis estaduais não podem ser criadas ferindo princípios que asseguram a qualidade do ensino, muito menos o que determina a Constituição nos artigos 205 e outros, citaram nas argumentações.

“Contingenciamento da formação continuada, estrito sensu, tem implicação direta na formação dos estudantes uma

vez que os profissionais estão sendo mais exigido na relação ensino aprendizagem”, lembra a secretário de Assuntos Educacionais da CNTE, Gilmar Soares. Contudo lembra ele, que também é dirigente do Sintep/MT, que a defesa sindical para liberação deve estar dentro do previsto pela carreira e, de forma direta, os projetos devam ter implicação na qualidade do ensino/aprendizagem da comunidade escolar e no projeto político pedagógico da escola.

## Faltam profissionais nas escolas estaduais



**H**á dois meses do lançamento do ano letivo na rede estadual, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc/MT), ainda não conseguiu assegurar o número de profissionais para

adquirir o funcionamento das 768 escolas no estado. Na maior parte das unidades o quadro de funcionários está incompleto gerando inúmeros problemas.

Os Centros de Educação de Jovens e Adultos, os primeiros a serem atingidos, tiveram orientação oficial, para não abrir turmas em salas anexas. Consequentemente, tiveram que dispensar estudantes ou buscar alternativa para atender os estudantes, com os profissionais que tinham. Hoje, muitos ainda convivem com lacunas no quadro de profissionais regulares, como alimentação escolar e apoio da limpeza e Técnico auxiliar para estudantes com necessidades especiais.

A autorização no sistema para a contratação de Técnicos Auxiliares para PNE, foi registrado em todas as unidades da rede estadual, que necessitavam do profissional. Segundo relatado ao sindicato, nesse primeiro mês de aula, ou os estudantes não frequentaram a unidade escolar ou ficavam sem o profissional, comprometendo a permanência na escola. A nova determinação da Seduc/MT para a situação foi autorizar o contrato desses auxiliares, não mais por aluno, mas por turma.

Para as demais contratações os gestores devem poderão solicitar o profissional no dia 1º e 15 do mês. “Aqueles que tiverem afastamentos por licença médica, por exemplo, entre as datas terão que criar alternativas para substituir o profissional ausente. Precisamos ficar atentos sobre as inúmeras medidas paliativas dada pelo governo para a Educação Pública”, alerta o presidente do Sintep/MT, Valdeir Pereira.

## PREVIDÊNCIA

# Reforma aumenta idade e reduz ganhos dos trabalhadores



O desrespeito com os trabalhadores e trabalhadoras, em especial as professoras (92% da categoria no país), na Reforma da Previdência do governo Bolsonaro, tem como ponto alto da crueldade a proposta de ampliar a idade das professoras em mais dez anos. Elas não se aposentarão mais aos 50 anos, na rede pública estadual, mas sim com 60. E, as demais profissionais da educação atuarão por mais sete anos, antes de se aposentar. Dos 55 anos exigidos atualmente, o projeto de Emenda Constitucional 06/2019 (Reforma da Previdência) aumenta a idade mínima para 62 anos.

Os homens trabalhadores da educação também serão atingidos, com aumento de cinco anos a mais na ativa, antes de gozarem o descanso. Todas e todos, serão surpreendidos com a redução dos valores recebidos pela aposentadoria. A PEC 06 determina que as trabalhadoras e trabalhadores (rede pública ou privada) deverão que contribuir durante 40 anos para receber o valor integral que terão direito.

O tempo mínimo de contribuição, para todos, também aumenta. Serão necessários 30 anos na ativa antes de se aposen-

tar, contudo receberão apenas 80% do valor integral. Ainda pior, será a alteração do cálculo do valor da aposentadoria. O projeto da Reforma determina que seja feita a média de todos os salários recebidos na vida, e não mais 80% dos maiores salários, como é hoje.

“O cálculo da aposentadoria apesar de passar a ideia de ampliar os ganhos quando fala 100% de todos os salários recebidos, fará justamente o contrário. Pois, ao inserir os vencimentos menores, puxa para baixo o valor a ser recebido”, informa o presidente do Sintep/MT, Valdeir Pereira.

Na rede estadual de Mato Grosso isso significa o fim do direito a igualdade salarial entre os profissionais da educação da ativa e aposentados. Bem como, a correção das aposentadorias.

“Com as novas regras, o governo se desresponsabiliza das correções da aposentadoria, repassando a tarefa para os bancos”, destaca. Ficará na responsabilidade dos trabalhadores apenas pagar taxas administrativas enquanto os recursos entram na gangorra do mercado de capital. Paralelamente, o percentual de desconto previdenciário do servidor aumentará entre 14% a 22%.

## Mulheres são as maiores vítimas da ausência de Políticas Públicas



Representando mais de 80% do quadro de trabalhadores da Educação em Mato Grosso, as mulheres continuam tendo agravos na saúde, devido aos impactos das más condições de trabalho. Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em 2018, estresse, ansiedade, problemas de voz, fadiga e depressão figuravam entre os principais distúrbios. Os índices de licenças e afastamentos com-

provam esses dados.

O histórico revelado por uma funcionária da educação da rede pública de Mato Grosso, em 2018/2019 retrata o desafio que é conciliar tratamento no Sistema Único de Saúde com cumprimento da jornada de trabalho. Em 2017, os sintomas de mal estar que a levaram ao posto de saúde resultaram em exigências de exames de alto custo. Entre as idas e vindas a autorização não foi liberada. Em 2018, quase um ano depois, as dores retornaram com mais intensidade, enquanto estava em sala de aula. O atestado médico para consulta a liberou do dia de serviço, porém não

ocorreu o mesmo com as faltas devido as longas esperas para a realização de exames. “Consegui graças a camaradagem dos colegas de trabalho”, relata.

Os exames solicitados novamente não foram autorizados pelo SUS. Foi então que, orientada pelos próprios profissionais da saúde, recorreu a iniciativa privada e o resultado diagnosticou câncer. Só após três meses deu início ao tratamento. “Até chegar esse resultado fiquei trabalhando com dor de novembro a fevereiro, pois qualquer medicamento dependeria do resultado e não tinha o laudo para conseguir licença”. Nos inúmeros afastamentos exigidos pela condição de saúde requeria a cada três dias se apresentar na perícia para comprovar que estava doente.

A situação é ainda mais complicada como residente em município do interior, em que alterava períodos de tratamento na capital. Para assegurar o salário, com visitas na perícia, contou com apoio de amigos para alterar datas de exames na capital e conseguir custear o tratamento do exame particular.

“A Saúde é um direito e não um favor, quando o governo faz cortes no orçamento devido a calamidade financeira, ou projeta uma Reforma da Previdência a qual retira da cesta solidária, recursos que implementam o SUS compromete ainda mais o serviço historicamente defasado. Se está ruim ficará ainda pior”, argumenta o secretário de Finanças do Sintep/MT, conselheiro da saúde estadual, Orlando Francisco.

## REDES MUNICIPAIS

# Valor custo/aluno em MT garante Piso Salarial da Educação maior que o Nacional

Os profissionais da educação das redes municipais estão sendo historicamente lesados com a desculpa de que faltam recursos no caixa da Educação para assegurar o direito ao Piso Salarial Profissional. O desafio da categoria é fazer com que a matemática dos administradores respeite o que é determinado pelas Leis, sobram recursos para assegurar o Piso Salarial Nacional Profissional, ou pagar além dele.

Em visita aos municípios do estado para realização de oficinas sobre Financiamento da Educação, o secretário de redes municipais, Henrique Lopes, faz o alerta para a categoria. “Mato Grosso é um dos estados que está acima da média nacional, no repasse do valor aluno ano. Isso implica maior valor de transferência para os municípios”, afirma.

Ter mais recursos por aluno significa em maior valor do Piso Salarial Profissional frente ao nacional, já que o valor/aluno é levado em consideração no cálculo do Piso. “Todos os municípios de Mato Grosso deveriam pagar um piso superior ao piso nacional ou proporcional ao que deveria ser o piso de MT”, afirma.

Em Nova Mutum, por exemplo, onde o Sintep/MT realizou oficina de financiamento da educação, no mês de março, os estudos apontaram que o caixa da educação municipal tem condições de aplicar as leis defendidas pela categoria para a carreira, inserindo para todos os profissionais da educação, a jornada única de 30 horas, e pagamento do PSPN, sobra recursos da Educação no caixa municipal.

“Historicamente o valor aluno ano de Mato Grosso sempre



esteve acima da média nacional e nos remete ao fato de que, como ocorre na rede estadual, todos os municípios têm condições de avançar para além do piso”, diz. Lopes.

Conforme esclarece o dirigente, o piso salarial nacional é corrigido com base no número de matrículas no estado e na arrecadação dos impostos federais e estadual. Sendo Mato Grosso um dos maiores arrecadador da federação arrecada mais que a média nacional.

Segundo dados apurados, enquanto o valor médio aluno/ano nacional é R\$ 3.148,73, em Mato Grosso, é R\$ 3.492,73. O problema é que os profissionais estão recebendo proporcional ao piso nacional e deveriam lutar pelo pagamento integral ou ainda proporcional ao que deveria ser o Piso Salarial estadual.

## FUNCIONÁRIOS Formação é fundamental para qualidade da educação

O Sintep/MT dialoga com a Pró Reitoria de Ensino (PROEN) do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) para ampliar a formação, por meio de parcerias com municípios, para Técnicos de Desenvolvimento Infantil (TDI). O projeto piloto –TDI subsequente ao Ensino Médio - aguarda regulamentação da parceria com os municípios e tem previsão de início no primeiro semestre de 2019.

“O projeto colocará mais uma vez o estado como pioneiro no modelo de formação profissionalizante. É mais uma ação protagonista do sindicato, assim como foi com o Arara Azul”, afirma o secretário adjunto de funcionários do Sintep/MT, Klébis Marciano Rocha

Sobre o curso de formação nível médio para funcionário/a de escola, o Profuncionário, o secretário informa que como pauta recorrente do sindicato cobra da Secretaria de Estado de Educação avançar em novas turmas, para atender os funcionários/as das redes municipais e rede estadual, que ficaram de fora das turmas ofertadas, e a demanda dos novos concursados.

Segundo o dirigente, caso a Seduc-MT não queira ofertar novas turmas, o Sintep/MT buscará novos meios para assegurar a formação. “Faremos um levantamento preciso da demanda e buscaremos ajuda em nível federal, se for o caso, para garantir recursos e atender os profissionais”, disse o secretário.

### CURSO SUPERIOR

Outro ponto em pauta são os encaminhamentos com o IFMT para ofertar também a implantação do curso superior específico para funcionário/a. (Apoio Administrativo Educacional – AEE e Técnico Administrativo Educacional – TAE). “Estamos debatendo com o IFMT para a oferta, contudo caso não seja possível com essa instituição apresentaremos o projeto para a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) assim como para a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)”, informa.

“Consideramos que temos instrumentos legais aprovados que garantem a formação, buscamos as parcerias para concretizar mais esse projeto para a categoria, em especial os funcionários e funcionárias da educação”, conclui.



Klébis Marciano Rocha secretário adjunto de funcionários do Sintep/MT